



EDITORIAL

O valor do processo educacional é tema promissor. O artigo de abertura desta edição da *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, de autoria dos pesquisadores Silvano França e Silvia Regina Guberovic e dos professores Fernando de Almeida Santos e Alessandro Marco Rosini, todos do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, tem como objetivo analisar a Demonstração de Valor Adicionado das quatro instituições de ensino superior que compõem o setor de Educação da BM&FBOVESPA, pertencentes ao Novo Mercado. As intensas transformações vividas pelo setor, tanto estruturais como de origem e perfil dos investimentos justificam, plenamente, o sentido último do objetivo de analisar as proporções e variações de riqueza geradas pelas instituições educacionais e sua capacidade de distribuição dessa riqueza. Os resultados da pesquisa demonstraram, como se pode ler nas conclusões do artigo, que na distribuição dos Valores Adicionados os segmentos pessoal e governo apresentaram reduções no período avaliado, mas a “remuneração de capitais de terceiros registrou variação positiva de 27%”.

A pesquisadora Franciane Bortoluzzi e os professores Edison Luiz Leismann e Jerry Adriani Johan, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, autores do segundo texto desta edição, trataram de governança corporativa. O objetivo do artigo é analisar a percepção dos colaboradores de uma cooperativa, a Copacol, das boas práticas de governança. Apesar da relevância deste sistema na geração de riqueza no País, ocorria uma lacuna na literatura de governança corporativa aplicável em organizações cooperativas. Com procedimento metodológico de base quantitativa, o estudo mostrou que os gestores pesquisados têm significativa percepção da necessidade de práticas de governança corporativa no ambiente da cooperativa.

A relação entre crise ambiental e produção agrícola marcada pela forte demanda por produtividade foi o tema tratado pelo professor Edenis Cesar Oliveira, professor da Universidade Federal de São Carlos, no terceiro artigo deste número da *RMS*. O objetivo da pesquisa foi identificar a percepção dos gestores da agroindústria (na micro região específica de Assis, no estado de São Paulo) quanto à influência do Protocolo Ambiental no processo de organização da produção, em especial do setor sucroalcooleiro. A forte expansão deste setor provocou relevantes impactos econômicos, sociais e ambientais. Utilizando o método de entrevistas semiestruturadas, os resultados do estudo indicaram a forte interferência nos processos decisórios e de gestão das diretrizes técnicas do referido Protocolo.

Como são operacionalizadas as compras públicas sustentáveis? Esta questão de pesquisa norteou o quarto texto desta edição, que escolheu como objeto de pesquisa a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Os autores deste estudo, professor Geraldino Carneiro de Araujo, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da pesquisadora Claudia Echevengua Teixeira, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, definiram como objetivo principal da pesquisa a discussão da operacionalidade das contas públicas e, como objetivos específicos, a identificação dos procedimentos para as compras sustentáveis no âmbito da administração pública, bem como a análise do principal edital licitatório com referência socioambiental. As conclusões do estudo mostraram que a existência do Selo Socioambiental no estado de São Paulo provocou inclusão de critérios “sustentáveis” nos produtos e serviços consumidos pela Secretaria. O estudo não recomenda a generalização, porque o edital analisado é específico, mas aponta avanços no tema da sustentabilidade nas compras públicas.

A operacionalidade do conceito “comércio justo” é o tema do quinto artigo desta edição da *RMS*. A proposta dos autores do texto, os pesquisadores Fernando Basso e Guilherme Bergmann Borges e dos professores Fernanda Lazzari e Roberto Birch Gonçalves, da Universidade de Caxias do Sul, é analisar utilidade e vantagens do selo “fair trade” como alternativa para cooperativas e pequenos produtores para aumentar visibilidade e participação no mercado. O selo é especialmente relevante na direção da preservação ambiental de respeito aos Direitos Humanos. A função do selo é oferecer garantias, inclusive para inserção internacional. Em formato qualitativo, a pesquisa coletou dados em distintas regiões do País evidenciando mais benefícios do que dificuldades operacionais no uso do selo de “comércio justo”, com o registro de significativo aumento de vendas depois da adesão ao conceito. O processo de auditoria que assegura as constantes certificações para a permanência do selo foi apontado pelos entrevistados como “muito severo”, em especial quanto às condições de trabalho das empresas que preservam o selo. O estudo confirmou a dificuldade das empresas menores de manterem o selo, tanto quanto a “decepção” de parte considerável dos gestores entrevistados com o comportamento do consumidor que não valoriza a existência do selo de “comércio justo”.

O sexto artigo deste número da *RMS*, “Prognóstico operacional de sistemas de abastecimento de água”, dos pesquisadores Bruno Santos Vieira, Enzo Morosini Frazzon e Lucila Maria de Souza Campos, da Universidade Federal de Santa Catarina, tem como objetivo formular procedimento, por meio de simulação, para problema específico de distribuição de água. O texto discute processo de decisão no planejamento de operações e adotou como procedimento metodológico a difusão de probabilidades pela própria aleatoriedade da demanda. O resultado da pesquisa mostrou que é possível atingir valores abaixo do custo previsto pelo modelo de otimização.

Os cuidados com a Floresta Nacional de São Francisco de Paula (FLONA/SFP) é o tema do sétimo artigo desta edição da *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*. A análise e a avaliação das

alterações da cobertura de solo da floresta compõem o objetivo principal da pesquisa da professora Amanda Herbert Schmitt Koch, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Até 2004, a FLONA/SFP apresentava cobertura de solo constituída por campo e pastagem; porém, a partir deste ano, a agricultura se expandiu. Hoje, o que se pretende legalizar como Zona de Amortecimento compreende lavoura e plantios, como evidenciado por imagens de satélites. A pesquisa conclui, com o uso de técnicas de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, que ocorreu significativa mudança nas atividades da área que podem ter afetado os ecossistemas locais.

O crescimento da demanda de equipamentos eletroeletrônicos e sua rápida obsolescência gera grande volume de resíduos tóxicos. O problema é complexo do ponto de vista do processo de gestão e, especialmente atual enquanto preocupação ambiental. Excelente tema para o artigo que fecha esta edição da *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*. O objetivo do texto dos pesquisadores Reinaldo Alves de Sá Ferreira Júnior, Stefany Loren Silva Gemague e dos professores André Cristiano Silva Melo, Vitor William Batista Martins e Denilson Ricardo de Lucena Nunes, da Universidade estadual do Pará é justamente apresentar atores, atribuições e processos da cadeia de suprimentos reversa que cerca o pós consumo desses equipamentos que contêm resíduos com grande volume de metais pesados altamente tóxicos. Como conclusão, o artigo propõe um “desenho” de suficiência operacional para esta cadeia reversa destes resíduos.

Boa Leitura!

Elza Veloso
Editora